

MANUELA CASTILHO COIMBRA DA COSTA

**O presídio da Ilha Grande e o surgimento da
Falange Vermelha**

**UERJ/CCS/IFCH
2004**

O presídio da Ilha Grande e o surgimento da Falange Vermelha

Manuela Castilho Coimbra da Costa

Monografia de conclusão do Curso de História, apresentado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Orientador: Antonio Edmilson M. Rodrigues.

Rio de Janeiro, 1º semestre de 2005

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FOLHA DE EXAME

O presídio da Ilha Grande e o surgimento da Falange Vermelha

Manuela Castilho Coimbra da Costa

Monografia submetida ao corpo docente da Faculdade de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Banca Examinadora:

Prof. _____
Antonio Edmilson M. Rodrigues

Prof. _____
Myrian Sepúlveda dos Santos

Prof. _____
Fernando Antonio Faria

Resultado: _____

Conceito: _____

Grau obtido: _____

Rio de Janeiro, __/__/__

Dedico esta monografia às minhas avós,
Ruth e Nenê, com muitas saudades.
A meu avô Coimbra, por todas as cobranças.
E a meus pais, por seu apoio, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Myrian Sepúlveda, pela chance de participar deste projeto; por todos os votos de confiança e, principalmente, por me apontar novos caminhos, menos óbvios, mais tortuosos e, também, muito mais interessantes.

Aos ‘companheiros de maldita’: Almir, Álvaro, Carol, Daiana, Fábio, Laura, Rafael e Vlad.

Aos amigos David, Guilherme, Leonardo, Letícia, Lianna, Lilian e Viviane.

Aos meus irmãos, Letícia e Nuno, por tornarem tudo mais divertido.

Aos irmãos que ganhei na UERJ, Eduardo, Mauro e Munique.

Ao Paulinho, por toda paciência e carinho.

À Cátia, pelas fontes, livros e eternas discussões.

Ao meu avô Coimbra e meus pais, por todas as leituras, correções e também por sua torcida, mesmo sem gostar do tema.

Aos tios, Beth, Regina, Mario Sérgio e Zé Luis e aos primos, Marina, Mariana e André.

RESUMO

COSTA, Manuela Castilho Coimbra da. O presídio da Ilha Grande e o surgimento da Falange Vermelha.. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 2004. 40 p. Monografia. (Graduação em História).

Orientador: Prof.: Antonio Edmilson M. Rodrigues

Este estudo pretende analisar o convívio, na mesma galeria do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, entre presos comuns e políticos, condenados pela Lei de Segurança Nacional.

Pretende também analisar a teoria, amplamente divulgada na imprensa carioca da década de 80, de que tal convivência teria propiciado a criação da Falange Vermelha.

SUMÁRIO

Introdução	01
O Instituto Penal Cândido Mendes	04
Doutrina de Segurança Nacional	07
O perfil dos militantes	11
A convivência	13
As melhorias	15
O muro	18
Objetivos da Falange	21
A imprensa	25
Conclusão	28
Bibliografia	31

INTRODUÇÃO

A partir de 2001 participei como bolsista do projeto “História e Memória das Instituições Carcerárias da Ilha Grande”. O objetivo do trabalho era recuperar, através de documentos oficiais, cartas, livros de memória, fotografias, entrevistas e recortes de jornal a história dos presídios que existiram naquela ilha entre 1983 e 1994¹.

Nesse resgate, o primeiro problema com o qual nos deparamos foi a ausência de documentos oficiais a partir de 1960. Até esta data, os presídios eram federais e todos os documentos se encontravam no Arquivo Nacional. Em seguida, porém, estas instituições passaram a ser estaduais e não encontramos documentos referentes a elas em nenhum arquivo². Então, para reconstruir essa parte da história, tínhamos acesso apenas a livros de memória, jornais, cartas e entrevistas, com antigos detentos, carcereiros, familiares e moradores da Ilha.

Este era também o período que mais me interessava: presos políticos das décadas de 60 e 70; surgimento da Falange Vermelha; guerra entre as falanges dentro do presídio; de que forma a atuação das comissões de Direitos Humanos, especialmente na década de 80 havia mudado a realidade dos presídios (ou se não haviam mudado); a Pastoral Penal; o comportamento dos carcereiros... Fora a parte dos presos políticos, que com certeza é um dos temas preferidos de minha geração, eram muitas questões novas se colocando à minha frente.

Logo no início da pesquisa li o livro ‘Comando Vermelho- a história secreta do crime organizado’³, do jornalista Carlos Amorim, que defende uma teoria muito difundida

¹ De 1894 à 1897 funcionou ali a Colônia Correccional de Dois Rios, que voltou a funcionar em 1902, sendo extinta novamente somente em 1955. Em 1941 foi construída a Colônia Penal Cândido Mendes, que existiu até 1963. E em 1942 há a criação da Colônia Agrícola do Distrito Federal, que acaba junto com o Estado Novo.

² Esses documentos foram encontrados, em fevereiro de 2002, no Presídio Vicente Piragibe, no Complexo Penitenciário de Bangu e agora estão sendo recuperados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

³ AMORIM, Carlos. Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1993.

entre as décadas de 80 e 90 pela imprensa: a Falange Vermelha (mais tarde, Comando Vermelho) teria nascido do convívio entre presos políticos e comuns na Ilha Grande. Continuando as leituras, porém, me deparei com dois livros de memórias de presos comuns, enquadrados pela Lei de Segurança Nacional: ‘Quatrocentos contra um’, de William da Silva Lima⁴ e ‘Esmaguem meu coração’⁵, de André Torres. Os dois não apenas negam tal convivência como afirmam um distanciamento, até mesmo físico, através de um muro, entre os dois grupos:

“(a galeria onde ficavam os presos pela LSN, o ‘Fundão’,) era composta por cerca de 60 celas e, mais tarde, veio a ser subdividida com o chamado ‘muro da vergonha’ e portão de chapas de aço. Essas providências foram solicitadas pelos presos políticos elitistas, preconceituosos, racistas e anti-socialistas”⁶

“Nossa marca objetiva era a situação de isolamento. Depois de permanecerem algum tempo em quartéis militares, a maioria dos presos oriundos das organizações armadas dos anos 70 também tinha regressado à Ilha Grande. Alegando incompatibilidade de hábitos e de ideologias, eles pediram que a galeria fosse dividida, o que foi feito, cabendo a nós a parte conhecida como Fundão. Eram vinte cubículos individuais, ocupados, porém por quatro a cinco pessoas, em regime de

⁴ LIMA, William da Silva. Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. Petrópolis. Ed. Vozes e ISER. 1991.

⁵ TORRES, André. Esmaguem meu coração. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁶ TORRES, André. Op.Cit.

tranca dura, com direito de circulação pela galeria apenas nos instantes que antecediam o café-da-manhã e o almoço”⁷.

Essas versões, tão divergentes, só fizeram aumentar minha curiosidade e dela surgiu o desejo de fazer a monografia sobre como se deu a convivência entre estes presos, políticos e comuns.

Atualmente para qualquer carioca é comum falar sobre facções criminosas: temos idéia –mesmo que vaga- de qual delas domina algumas favelas e presídios; seus principais líderes... Me interessa, por esse cenário de violência em que nos encontramos, saber mais sobre esses grupos: seu surgimento, organização e regras.

Para desenvolver este trabalho, usarei como fontes livros de memórias, entrevistas com os presos políticos (e essa opção se dá porque o único preso comum daquele grupo ainda vivo é William da Silva Lima, atualmente preso em Bangu III, o que dificulta sua entrevista), jornais de época e documentos do próprio presídio, como, por exemplo, o ‘Livro de Ocorrência das galerias’, que descreve o dia- a- dia do presídio.

⁷ LIMA, William da Silva. Op.Cit.

O INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES

*“Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou afundá-los ainda mais na sua criminalidade”
(Michel Foucault, em ‘A Microfísica do Poder’)*

Em 1963 inaugura-se o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM). Com a transferência da capital para Brasília, três anos antes, esse é o primeiro presídio estadual na Ilha Grande e sua inauguração se dá na mesma época em que acabam os recursos federais para o sistema penitenciário carioca, que entra, então, em grande crise financeira.

Uma das primeiras formas de manifestação dessa crise é o fim do enxoval⁸:

“O preso, quando entrava na cadeia recebia: duas calças cinzas, duas camisas brancas, uma muda de roupa escura para trabalhar, um cobertor, dois lençóis, duas fronhas, uma colcha, duas toalhas, uma de banho e outra de rosto, três pares de meia, uma botina, sabonete, pasta de dente, escova. Semanalmente ele recebia três maços de cigarro, três caixas de fósforos, papel higiênico, sabão. A lavanderia lavava toda sua roupa.”⁹

⁸ Fernando Gabeira afirma em seu livro ‘Que é isso, companheiro?, O’ ter recebido uniforme, já em 1969, quando chegou ao IPCM: “passamos a guarda na entrada, penetramos no prédio branco, ganhamos uniformes”.

⁹ COELHO, Edmundo Campos: ‘Oficina do Diabo, A’. Ed. Espaço & tempo e IUPERJ, 1987.

Além disso, os condenados mandados para a Ilha Grande – e isso já era uma tradição do sistema penitenciário carioca - eram ‘presos caídos’, ou seja, presos pobres ou que haviam sido abandonados por suas famílias. Por isso, o IPCM ficou conhecido como ‘o lugar que o filho chora e a mãe não ouve’¹⁰.

As instituições carcerárias lá instaladas sempre haviam recebido presos políticos ou presos com penas leves. O IPCM, porém, é criado para ser um presídio de segurança máxima.

Em 1964, mesmo com o Golpe e a prisão de diversos ativistas políticos, não houve mudanças naquele presídio. Estas só começaram a ocorrer em dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional no 5. A partir daí, o presídio, que antes possuía 51 presos passa a abrigar 109, mas aqueles que eram mandados para lá, apesar de enquadrados pelo AI-5, pouco tinham de políticos. Um exemplo disso eram os bicheiros Castor de Andrade e Natal. Além disso, estes eram mantidos isolados da massa carcerária.

No ano seguinte a situação se transformaria de forma radical: em 26 de maio há uma grande fuga da Penitenciária Lemos de Britto (a “vitrine do sistema penal, um presídio onde todos tinham trabalho, tinham cubículos individuais e podiam participar de uma vida cultural incipiente”¹¹) e em resposta, os presos políticos que lá se encontravam foram transferidos para a Ilha Grande e, mais uma vez, mantidos isolados numa galeria.

Com o Decreto-Lei no 898, de 29 de setembro de 1969, que modifica alguns artigos da já existente Lei de Segurança Nacional, qualquer pessoa que pratique delitos como assalto, seqüestro ou roubo, será punida por essa nova versão da LSN, independente de seu crime ter ou não intenções políticas.

É a partir daí que a galeria B do IPCM, que mais tarde ficará conhecida como ‘fundão’, passará a abrigar apenas os presos pela LSN, isolando-os dos outros detentos. Tal

¹⁰ ‘apelido’ confirmado por diversos autores: Fernando Gabeira, William da Silva Lima e André Torres.

¹¹ LIMA, William S. Op.Cit.

medida levou à convivência de presos comuns e políticos, que segundo Carlos Amorim provocou o surgimento da Falange Vermelha.

DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

*“Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de dobermann”*

(Chico Buarque, em ‘A Ópera do Malandro’).

*“Contra a pátria, não há direitos”
(placa pendurada no saguão dos
elevadores da polícia paulista)*

Em 1949 cria-se, no Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. Esta Escola será a formação acadêmica de diversas figuras importantes dos governos pós-64 e, por isso mesmo, pode-se dizer que ali foi fomentada toda sua ideologia. Baseada no modelo americano, a ESG defendia a idéia de um Estado forte, não mais para se defender de outros países, mas sim de grupos internos, que tentariam minar aquela sociedade e Estado por dentro.

Essa era a base da Doutrina de Segurança Nacional. Foi esse pensamento que levou ao Golpe, em 1964 e, mais tarde, ao endurecimento do regime. As leis da repressão são criadas como resposta direta à oposição. Assim são criados a Lei de Segurança Nacional (LSN) e o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que são a ‘porta de entrada’ para o período mais duro do regime.

“Em outras palavras, ameaçada a ‘segurança’, está justificado o sacrifício do Bem-Estar que, por extensão, é o sacrifício, também, da

liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana”¹²

Com a oposição ganhando força o governo lança, em 1967, sua Lei de Segurança Nacional, cujo artigo nº 25 decretava:

“Praticar massacre, devastação, saque, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação, atentado pessoal, ato de sabotagem ou terrorismo; impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais administrados pelo Estado ou mediante concessão ou autorização:

Pena- reclusão, de 2 a 6 anos

Parágrafo único: É punível a tentativa, inclusive aos atos preparatórios, como delitos autônomos, sempre com redução da terça parte da pena”¹³.

Podemos perceber, por essa lei, que todos os crimes praticados por grupos de esquerda (saques, assaltos e atos de terrorismo) estão previstos no mesmo artigo e sua pena é curta.

De 1967 a 1969, porém, há a promessa da guerrilha rural e, especialmente após o decreto do AI-5, quando muitos ativistas são presos ou levados à clandestinidade, os gastos dos grupos de esquerda aumentam. Esses fatores levam ao aumento de assaltos a banco por esses grupos e, em 04 de setembro de 1969, a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o

¹² VEIGA, Paulo E. *Brasil: Nunca mais*. 26ª edição. Petrópolis. Ed. Vozes, 1995. Brasil: Nunca mais.

¹³ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2004.

Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) seqüestram, no Rio de Janeiro, o embaixador americano Charles Burke Elbrick e só aceitam como resgate a libertação, em 48 horas, de 15 presos políticos (que devem ser levados em segurança para fora do país) e a leitura, nos meios de comunicação, de um manifesto, no qual as torturas eram denunciadas.

Esse seqüestro foi o estopim e, em 19 de setembro de 1969, a junta militar que governava o país, devido à doença de Costa e Silva, lança a segunda versão da LSN, ou a nova LSN, com penas mais pesadas e diferenciadas para os crimes praticados também pelas organizações de esquerda:

“Artigo 27: Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja sua motivação:

Pena- reclusão, de 10 a 24 anos

Parágrafo único: Se, da prática do ato resultar morte:

Pena- prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Artigo 28: devastar, saquear, assaltar, roubar, seqüestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo:

Pena- reclusão, de 12 a 30 anos.

Parágrafo único: se, da prática do ato, resultar morte:

Pena- prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo”¹⁴.

Deve-se lembrar também que

¹⁴ Jornal do Brasil, 21 de setembro de 1969.

“A Lei de Segurança Nacional estabelece, no artigo 76, que os presos condenados por ela devem cumprir pena sem rigor carcerário (...) Isso demandava *ad initio* que ele ficasse separado dos presos comuns”¹⁵

Ao enquadrar nesta lei qualquer desses atos, independente de sua conotação (fosse política ou não), o governo aproximava a imagem do guerrilheiro à do bandido e negava a existência de presos políticos no Brasil. O editorial da Folha de São Paulo resume bem a imagem do governo sobre estas questões:

“esse terrorismo nada tem a ver com nossas tradições de luta política e se confunde pura e simplesmente com o banditismo (...) contra o qual é preciso lutar, custe o que custar”¹⁶.

¹⁵ Diário do Congresso Nacional, ano XXI, Suplemento ao no 61, 4 de junho de 1976, Brasília, DF.

¹⁶ Folha de São Paulo, edição extra. 16 de julho de 1969.

O PERFIL DOS MILITANTES

“Nosso sonho de consumo era ir para um presídio civil”

(Colombo Vieira)

Os militantes políticos da década de 70 eram, em sua maioria, jovens pertencentes à classe média urbana. Um levantamento feito pelo projeto Brasil: Nunca Mais mostra que, entre 1964 e 1979, 39% dos presos políticos tinham 25 anos ou menos e eram, em sua maioria, moradores de centros urbanos. Além disso, mais de metade deles havia atingido a Universidade¹⁷.

Paulo Henrique, preso político, comenta como essas características traziam dificuldades nas prisões, especialmente quando se tratava do convívio com os presos comuns:

“Havia esse aspecto cultural dessa base ideológica que era bem firme, não posso negar que a gente também tinha muito preconceito em relação às drogas, com relação a tudo isso, por própria formação- a maioria do pessoal da luta armada era classe média, de origem religiosa. Com uma formação completamente diferente da formação deles, que eram pessoas de origem popular, a maioria analfabeta, com uma história de vida muito degradada, machucada”¹⁸

¹⁷ VEIGA, Paulo E. Op. Cit.

¹⁸ Entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

Quando consideramos, porém, a situação dos presos políticos antes de seus julgamentos (não terem seu paradeiro conhecido e, por muitas vezes, nem mesmo sua prisão ser reconhecida pelas autoridades -fosse polícia ou forças armadas; a proibição das visitas; torturas), perceberemos que o medo que eles tinham dos presos comuns, das violências e explorações que poderiam vir a sofrer dividia espaço com a garantia de terem sido julgados e irem para um presídio civil.

Ao mesmo tempo em que se encontravam na situação de criminosos culpados, também estavam livres da polícia política e, com ela, das torturas¹⁹ e do risco de desaparecimento. Outra garantia era que seu paradeiro seria conhecido por sua família e amigos que, assim, poderiam lhe apoiar. Dentro da Vila Militar houve diversas greves de fome de presos políticos exigindo sua transferência para a Ilha Grande:

“Iniciamos a greve de fome, junto com outro coletivo, também, pedindo a saída de lá para a Ilha Grande. Enquanto o pessoal da Ilha Grande (presos comuns) queria vir pra cá, nós queríamos o inverso. Porque a dificuldade da Ilha Grande era a visita. Mas em compensação, você não estava com militares tomando conta, que ali (na Vila Militar) era uma coisa direta (...) E o grupo era maior na Ilha Grande”.²⁰

Esta citação, assim como o comentário de Colombo Vieira, deixa clara a situação dos presos políticos: mesmo com o risco de embates com os presos comuns, estes eram preferíveis à ‘convivência’ com os militares.

¹⁹ É claro que também havia abusos nas penitenciárias e presídios por parte dos carcereiros, mas, em sua maioria, se resumiam à espancamentos e tortura psicológica.

²⁰ Paulo Henrique, em entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

A CONVIVÊNCIA

Apesar da expectativa, a convivência entre os condenados pela Lei de Segurança Nacional (políticos e comuns) na Ilha Grande foi mais tranqüila do que se esperava. A explicação de Colombo Vieira²¹ para esta situação é o comportamento dos presos comuns:

“O negócio dos caras era o seguinte: era cumprir as penas ou fugir. Ele tá menos preocupado é com o outro ali do lado, o caso dos chamados fujões. E outros já conformados com a prisão mesmo, cumpriam a pena. E a maneira mais tranqüila de cumprir a pena era ficar conosco”.

Havia, entre os presos políticos, algumas regras, como não fumar maconha, não fazer sexo na prisão e, também, não roubarem uns aos outros. Estas, além de facilitar suas vidas naquela situação de encarceramento, também serviam para mantê-los com uma identidade diferenciada, de militantes políticos.

Tais regras levaram a um conflito entre os presos políticos e uma das quadrilhas que mandava no presídio, ainda no ano de 1970.

“Dentro das nossas tradições carcerárias a gente tinha uma norma de não fumar maconha, não ter roubo entre os presos (...) teve um entrevero lá, justamente com a quadrilha do Ferruço, e ele levou um chega prá lá, tomou umas porradas, essa é a expressão certa, e ficaram calmos e se adequaram ao modo de agir e de pensar do coletivo. Se adaptaram e nunca mais tivemos problemas”²².

²¹ Entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

²² Colombo Vieira, em entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

Como os presos políticos eram maioria naquela galeria isolada do resto da massa carcerária, foi fácil impor suas regras aos presos comuns que ali se encontravam.

Os presos políticos promoveram uma série de melhorias, como a farmácia e a biblioteca. E levaram para Ilha Grande duas organizações que eram suas marcas em todos os presídios por onde passavam: o fundo coletivo e o colegiado. O fundo coletivo era uma despensa, onde se guardavam todas as comidas que os presos políticos recebiam de suas visitas e que, depois, eram divididas igualmente entre eles. Fernando Gabeira dá um exemplo de como esse fundo funcionou entre os presos da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro:

“Algumas famílias fizeram entrar frutas e meu pai colocou uma lata de goiabada vinda de Minas. Recolhíamos aquilo tudo, fazíamos um fundo coletivo e, cada vez que alguém voltava da sala de interrogatórios, era recebido carinhosamente”²³.

Já o colegiado era um grupo pequeno, escolhido entre os presos políticos, daqueles seriam seus representantes frente a Administração do presídio:

“Então lá, nós tínhamos como organização nossa, tínhamos o colegiado, que era composto por três companheiros eleitos, para esses companheiros representar todo o conjunto junto à direção do presídio”²⁴.

Essa organização, somada à hegemonia dos presos políticos naquela galeria e à sua luta para melhorar as condições carcerárias fizeram com que esse grupo fosse muito respeitado por toda a massa carcerária.

²³ GABEIRA, Fernando. Op. Cit.

²⁴ Colombo Vieira em entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

AS MELHORIAS

Os presos políticos propiciaram, com sua organização, uma série de melhorias para o coletivo na Ilha Grande e assim passam a ser “muito respeitados, não só pelos presos comuns como pela guarda”²⁵.

As transformações mais nítidas que ocorreram foram a organização da Farmácia e da Biblioteca. É importante ressaltar aqui que os presos políticos não faziam doações de livros ou remédios para o IPCM; estes ficavam guardados em suas celas e, quando necessário, outros presos ou então os agentes carcerários faziam o pedido a eles.

Joaquim Aurélio explica a importância da farmácia naquela situação:

“Os presos políticos tinham uma farmácia que servia tanto à guarda, como à família dos guardas, a família dos PM’s, servia também pros presos comuns, porque a farmácia do presídio não tinha nada”.

A Biblioteca também foi importante neste sentido, mas só funcionava entre os próprios presos, chegando a ter livros de autores marxistas após 1974, sem nenhum tipo de censura. Este foi um tema que causou discordâncias entre dois dos antigos presos políticos entrevistados. Manoel Henrique afirma que os livros eram passados para os presos comuns e que “era costume, na hora de sair, acabar deixando uma ou outra coisa, inclusive livros”. A Biblioteca seria formada, então, por esses livros. Já Colombo Vieira diz não ter conhecimento desta tradição. Segundo ele:

“Houve uma movimentação de livros, mas muito em cima daqueles que já se interessavam. Ou, eventualmente, tinha um boato que nós tínhamos livros : -‘Pô, arranja um livro pra eu ler’.

²⁵ Joaquim Aurélio, em entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

–‘Que tipo de livro você gosta?’ –‘Não, manda um livro de sacanagem’. Tinha companheiro que permanentemente fazia isso, livro com sacanagem, com muita sacanagem. A maneira de passar os livros, que a gente passava quando nós passávamos as celas deles eram trancadas, atravessava um corredor, então deixa na cela tal e o cara tinha que devolver (...) Mas foi muito restrito, quer dizer, não houve uma sistemática, uma relação sistemática nisso não! Era restrito aos que gostavam”.

Houve também uma série de cursos, promovidos pelos presos políticos em sua galeria. Sua intenção era tanto formar grupos de discussão -como os que já existiam entre os movimentos e organizações antes de sua ‘queda’- quanto melhorar o nível escolar de alguns presos. Manoel Henrique nos dá a dimensão da variedade de cursos oferecidos na Ilha Grande: “nós fazíamos grupos de estudo. Eu, por exemplo, dava aula de curso primário para alguns companheiros que eram analfabetos. Tinham estudos de economia, marxismo”. Esses cursos, apesar de não serem exclusivos, eram voltados para os próprios presos políticos, sendo rara a participação dos presos comuns. Joaquim Aurélio²⁶ mostra como tais cursos se encaixavam no dia a dia dos apenados:

“Nós tínhamos, durante o dia, a gente ocupava o tempo com trabalho, de manhã nós tínhamos uma aula de inglês, tinha um companheiro que dava aula de inglês, tinha aula de inglês, tomava o café. Tinha aula de sociologia. Aí a gente ia pro banho de sol, aí lá, batia um futebol, suava, tal, subia às onze horas, tomava um banho e se preparava pra almoçar. Quando eram às quatorze horas, depois que a gente descansava do almoço, então tinha as oficinas, uns faziam trabalho no couro, fazíamos bolsa, fazia carteira de cigarro, outros faziam entalhe (...) Eu tinha aula

²⁶ Entrevista concedida à historiadora Cátia C. F. Machado.

de sociologia, de inglês e, eu dava aula de eletricidade e trabalhava. O pessoal que não era do fundo, dormiam ou iam ler”

O MURO

Em 1973 ocorre um atrito entre os presos pela Lei de Segurança Nacional no IPCM e, em decorrência disso, foi construído um muro que separava a Galeria B em duas partes: uma para os presos comuns e a outra, para os políticos.

Existem diversas versões para este episódio e, dependendo de qual se escute, mudam-se os culpados e a vítima. O único ponto em comum entre as diversas histórias é o furto do relógio de um preso político. Paulo Henrique conta a sua versão sobre o ocorrido:

“Eu me recordo bem, houve esse roubo e a gente foi investigar. Através de meus contatos no convívio... os caras iam exigir que me devolvessem o relógio. Os caras me devolveram o relógio sem pedir nenhum tostão e disseram que tinha sido trocado por maconha por um preso determinado. Eu fui em cima do cara e ele disse quem tinha roubado e passado pra ele fazer a transação. O cara que trocou foi o João Branquinho e o cara que roubou e deu pro João Branquinho foi o Ricardo Duran (...) o Ricardo Duran soube que eu tinha desvendado e começou a fazer uma faca e disse que ia me matar . Aí entra a regra da sobrevivência (...) O que eu vou fazer? Vou matar ele. Comecei a me preparar pra matar ele, mas os caras disseram não, vamos decidir e resolvemos forçar a separação. Demos uma boa coça nele, jogamos ele na grade, trancamos todos os presos e tomamos a galeria. Tipo um motim, mas não contra a prisão, um motim interno”.

André Torres, preso comum que se encontrava condenado pela Lei de Segurança Nacional, conta, num livro, sua versão:

“A divergência que causou a separação foi provocada pela quadrilha DKV, que assaltava alguns presos políticos. Quando resolveram assaltar o companheiro ‘Marta Rocha’, chegamos à conclusão que eles deveriam ser eliminados. Estavam sendo inconvenientes aos nossos propósitos de fuga e, também, queríamos um bom relacionamento com os presos políticos, sabíamos o quanto seria importante aprendermos com eles. Eliminamos os elementos desagregadores. Contudo, os presos políticos, para manterem a imagem de nata da sociedade, como eles se diziam, não vacilaram em mandar construir uma parede. Fiquei perplexo quanto à atitude deles”²⁷.

A versão de Colombo Vieira é bastante parecida com a de Paulo Henrique, mas percebem-se algumas variações entre as duas:

“Ele (Ricardo Duran) roubou o relógio de alguém, Cláudio Câmara, e então o pessoal falou vamos, nós, matando esse cara, nós submetemos os demais. Primeiro, ele passou do limite, e bater simplesmente, nós estaríamos nos igualando aos torturadores: vamos bater pra corrigir? Então sentenciou-se a pena de morte (...) foi decidida a morte do cara e foram matar, mas aí foi muita gente ... Muita gente batendo num só acaba um batendo no outro e não fazendo... E ainda foi uma ação de surpresa, que nem todos os presos políticos sabiam, foi uma coisa decidida a nível de representação, enfim, do comando de lá, e que criou uma revolta até entre os presos políticos (...) Depois desse episódio é que vem o pedido de separação, aí se utiliza, na verdade, a violência do preso comum e o conflito com os presos comuns foi utilizado pra gente conseguir a separação”.

²⁷ TORRES, André. Op. Cit.

O roubo do relógio de Cláudio Câmara é o estopim de uma luta que, para os presos políticos, já levava anos: eles queriam tratamento diferenciado, a separação dos outros presos. Como já foi dito, o governo não reconhecia a existência de presos políticos no Brasil e, a construção desse muro forçava as autoridades a admitirem a existência de dois grupos distintos entre os presos pela LSN.

Manoel Henrique conta que

“Foi feita uma greve de fome, antes ainda de eu chegar lá (ao IPCM), pedindo essa separação. Eles (presos comuns) não gostaram muito não, mas foi separado. A mesma galeria foi dividida em duas. Ela foi aumentando, na medida em que aumentavam os presos comuns”.

Segundo o próprio Manoel, mesmo após a construção desse muro, era possível “conversar normalmente” com os presos comuns, pois estes

“já estavam organizados lá dentro também. Não permitiam mais essa coisa de um assaltar o outro, estupro, essas coisas. Eles matavam! (...) Aconteceu uma vez (roubo) , mas eles mataram e acabaram. Então, foi diminuindo cada vez mais os roubos lá dentro”.

Estes dois grupos, até por estarem isolados do resto da massa carcerária, conversavam entre si. Porém, após a construção do muro, havia, entre os presos comuns uma mágoa forte dos presos políticos, que pode ser percebida na declaração de William da Silva Lima: “‘Existem trinta presos políticos na Ilha Grande’, escreviam em seus documentos. ‘Somos noventa presos proletários’, respondíamos”²⁸.

²⁸ LIMA, William da Silva, Op. Cit.

OBJETIVOS DA FALANGE

Edmundo Campos Coelho, sociólogo, afirma que

“um dos efeitos da convivência dos presos políticos com os LSN na Ilha Grande foi o de formar entre alguns destes últimos a convicção de que a observância aos direitos dos presos deve ser antes uma conquista da ação organizada da massa carcerária do que uma concessão da administração (...) Não se trata de superestimar aqui a consciência política de vários dos componentes do grupo dos LSN (...) seria, contudo, um erro também subestima-la com base na ausência de uma formação mais ideológica”²⁹

Muitas das atitudes tomadas por esse grupo imitavam a dos presos políticos: greve de fome; divisão igualitária de recursos entre o grupo. O ex-militante Joaquim Aurélio explica como se dava essa divisão:

“Então tínhamos um fundo, que a gente chamava de fundo Comunitário, e esse fundo, tinha o pessoal que pertencia ao fundo e tinha alguns companheiros que não pertenciam ao fundo. Os companheiros que eram individualistas (...) Porque, era o seguinte: as visitas traziam as bolsas de comida, então aquilo ali ia pro fundo, porque tinha companheiros presos do Rio Grande do Sul, tinha do Pará e eles não recebiam visita e o termo que a gente dizia, ‘tava sufocado na cadeia’”.

²⁹ COELHO, Edmundo Campos. *A Oficina do Diabo*. Rio de Janeiro. Ed. Espaço & Tempo e IUPERJ, 1987.

O discurso de Carlos Gregório, o Gordo, deixa claro o exemplo seguido: “O preso político tinha uma banana e dividia em 30 prá todo mundo comer, se um comia, todo mundo tinha que comer, se 10 não comiam os outros não comiam. Então, a partir daí, começou surgir essa idéia coletiva”.³⁰

William da Silva Lima explica como, na prática, se dava essa organização:

“Um grupo mais esclarecido funcionava como organizador do coletivo e havia uma comissão encarregada de negociar, em nome de todos, com a Administração. Na divisão dos cubículos, procurava-se colocar juntos companheiros que tinham e que não tinham visita, de modo a garantir que todos tivessem acesso a uma cobertura de fora, geralmente reforço alimentar ou material de higiene (...) conseguimos uma unidade total, e a disposição de luta era grande. A medida número 1 (...) era a proibição de qualquer ato de violência de preso contra preso. As incompatibilidades pessoais deveriam ser deixadas de lado”³¹.

L.³², agente penitenciário do IPCM durante a década de 70 explica como e porque esse grupo permaneceu unido, mesmo após a medida do DESIPE, de retirar os presos políticos da Ilha Grande e misturar os LSN ao resto da massa carcerária:

“Esses mais de duzentos homens (os LSN) não se juntaram aos outros, permaneceram unidos e disseram olha, vamos fazer o seguinte: esses valentes que têm aí, esses matadores, vão querer assaltar vocês, que têm jóia, têm relógio, cordão de ouro, vamos nos unir: se fizerem isso com um, nós

³⁰ Entrevista retirada do documentário “Notícias de uma guerra particular”, de João Moreira Salles.

³¹ LIMA, William da Silva. Op.Cit.

tomamos as dores, nos juntamos, matamos ele e você segura o crime”.

O que se pode perceber, a partir destes depoimentos, é a criação -ao longo dos anos de convivência com os presos políticos e de isolamento do resto da massa carcerária- de um grupo coeso, com regras diferentes das vistas até então nas prisões: não interessava quem era mais forte.

É notável, também, que uma série de medidas tomadas pelos presos políticos nas lutas com a Administração do presídio e até mesmo na organização de seu próprio grupo, como o fundo comunitário, o colegiado e as regras internas são imitadas por este grupo.

Paulo Henrique, preso na época, aponta esta diferença de comportamento: “Hoje em dia os caras não barbarizam tanto. Os Comandos dominam, estabelecem regras. Pode até ser violento, se o cara não cumprir, morre, mas na época se morria porque o cara não gostou da sua cara. Era uma coisa mais aleatória, o mais forte ganhava”.

Essa diferença de comportamento implicava em que todos tivessem acesso ao mínimo e também na união da massa carcerária contra a Administração, na luta pelos seus direitos. Mais uma vez, se baseiam no exemplo dos presos políticos:

“A luta contra a tortura na Ilha Grande foi coisa dos presos políticos. Quando eu cheguei na Ilha Grande fazia parte do uniforme dos guardas uma palmatória de madeira, não era um cacete, era um instrumento esculpido tipo uma colher de pau com uns furinhos. Toda vez que havia um espancamento a gente esmurrava as portas, começava a gritar. Começamos a criar um ambiente de hostilidade e denúncia nacional e internacional contra a tortura. A gente fazia essas denúncias por vários

³² L; entrevista gravada em 06 de outubro de 2001, em Ilha Grande.

caminhos: fazíamos cartas, mandávamos para o Papa, para a Anistia Internacional, para a Cruz Vermelha”³³.

J. ³⁴, assistente social aposentada do DESIPE, afirma que “quando a Falange Vermelha começou a se organizar, ela começou a se organizar com essa finalidade, de defender os mais fracos, de uma relação de igualdade, que essa violência entre eles acabasse”

Nesse primeiro momento, há uma série de embates com as autoridades: greves de fome, abaixo-assinados, denúncias de espancamentos e maus tratos. Todos seguindo o modelo observado dos presos políticos e visando a melhora de condições na vida intra-muros. Para Edmundo Campos Coelho, “os Leis de Segurança’ não tinham vínculos com grupos organizados fora das prisões, nem interesses localizados em qualquer comunidade externa, nem recursos que não fossem existentes dentro dos muros das cadeias”³⁵.

³³ Colombo Vieira, em entrevista concedida à historiadora Cátia C. Faria Machado.

³⁴ J., entrevista gravada em Ilha Grande.

³⁵ COELHO, Edmundo Campos. “Da Falange Vermelha à Escadinha: o poder nas prisões”. In: *Presença-Revista de política e cultura*. n°11. Rio de Janeiro. 1988.

A IMPRENSA

Em 1981 há um grande tiroteio no Conjunto dos Bancários, na Ilha do Governador, com duração de quase um dia inteiro. José Saldanha, assaltante de bancos foragido da Ilha Grande, escondia-se num apartamento daquele conjunto, com sua quadrilha, composta de mais seis pessoas. Mas, naquele momento, encontravam-se lá apenas José Saldanha e João Damiano Neto. Este último foi morto rapidamente, no começo da tarde. José Saldanha, porém, resistiu sozinho até a manhã do dia seguinte, contra 400 policiais.

Esse episódio coloca em evidência, na mídia, a Falange Vermelha. Aqui se começa a propagar, a partir da própria polícia, que “a organização Falange Vermelha nasceu da convivência entre assaltantes e presos políticos, que lhes ensinaram como comandar e funcionar de maneira mais organizada”³⁶.

Entretanto, é preciso ressaltar que os presos apresentados à época como líderes da Falange, entre eles José Lourival Siqueira Rosa, o Mimoso; Carlos Gregório, o Gordo e José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, além de não terem convivido com os presos políticos na Ilha Grande, negavam a existência do grupo criminoso. Mimoso, ainda em 1981, quando preso e apresentado em público como líder da Falange, responde: “Não sou líder de coisa nenhuma. Esta organização não existe. É invenção da polícia e da imprensa”³⁷.

As informações divulgadas pela imprensa, apesar de ligarem a Falange (ou Comando) Vermelha aos presos políticos, não explicam, claramente, como se deu essa conexão entre os dois grupos:

³⁶ LIMA, William da Silva. Op. Cit.

³⁷ LIMA, , William da Silva. Op. Cit.

“Neste relatório do DESIPE, cita-se que, já em 1976, o órgão se preocupava com a aproximação de delinquentes comuns com presos políticos e ativistas de movimentos subversivos. Pedia às autoridades judiciárias que evitassem esse contato, que era uma conseqüência da aplicação da LSN, na qual eram enquadrados indistintamente os condenados por delitos políticos e os assaltantes de banco. O relatório afirma que foi esse contato que gerou a assimilação de táticas e doutrina de perturbação da ordem”³⁸

“O tiroteio no Conjunto dos Bancários, na Ilha do Governador, mostra que o chamado Comando Vermelho adotou métodos de organização e de ação semelhantes aos utilizados pelos membros dos diversos grupos clandestinos de esquerda, que no final dos anos 60 e início dos anos 70 entraram em conflito armado com o regime (...) Essa semelhança não é obra do acaso, mas conseqüência de um erro cometido –no tempo do AI-5- pelo aparelho de repressão, que conseguiu transformar todos os assaltos a banco matéria de segurança nacional”³⁹

Todas as matérias apontam a semelhança entre as ações da Falange e as dos guerrilheiros das décadas de 60 e 70: o uso de aparelhos, que não chamassem a atenção dos vizinhos; o planejamento de assaltos a bancos ... Porém omitem que todas as ações da guerrilha urbana, especialmente os assaltos á banco, eram narrados, explicados, passo à passo pelos jornais.

³⁸ Jornal O Dia, de 22 de abril de 1981.

³⁹ Jornal do Brasil, de 06 de abril de 1981.

Segundo a historiadora Cátia Machado, “as ações guerrilheiras, ao serem divulgadas pela mídia, inspirariam os criminosos e os teria levado a repeti-las”. Para ela, tais ações eram divulgadas pela imprensa por aumentarem as vendas de jornal e também porque esta era uma forma do regime associar os guerrilheiros aos criminosos comuns⁴⁰.

⁴⁰ MACHADO, Cátia da Conceição Faria. Op.Cit.

CONCLUSÃO

Este trabalho pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, que vai de 1969 à 1973, trata da convivência de presos comuns e políticos condenados pela Lei de Segurança Nacional. O segundo, de 1973 à 1981 é apontado por Carlos Amorim como “o período da afirmação de um princípio: organizar para sobreviver- unir para resistir. Esta é a fase bonita da história (...) Um punhado de homens oprimidos por um sistema carcerário violento e corrupto. Lutaram por reivindicações justas”⁴¹.

Não é meu interesse fazer apologia ao crime ou às suas organizações, mas sim entender a formação da Falange Vermelha e como a sociedade percebeu isso à época. Até hoje a versão que aponta os presos políticos como culpados pela formação desse grupo circula, e é a mais divulgada, até por ter sido a apontada pela imprensa. Porém, ao fim deste trabalho, ainda há questionamentos que não foram esclarecidos: o primeiro (e mais óbvio): por que, se a Lei de Segurança Nacional foi aplicada em todo o país e houve essa mistura de militantes e criminosos comuns, essa convivência só teria gerado frutos na Ilha Grande? Que condição especial havia ali para que isso acontecesse?

Meu segundo questionamento se refere ao nome. Todos os fundadores do grupo se apontam como sendo Lei de Segurança Nacional ou União. Por que, então, a utilização de Comando Vermelho pelas autoridades e pela imprensa? William da Silva Lima aponta um caminho:

“estava aberta a temporada de caça contra nós, completamente demonizados. As palavras não são inocentes: éramos um comando, o que em linguagem militar denomina o centro ativo, cuja destruição paralisa o inimigo; como se isso não bastasse, éramos também ‘vermelho’, adjetivo que desperta velhos e mortais reflexos em policiais e militares. Coincidência ou não,

⁴¹ AMORIM, Carlos. CV e PCC: A Irmandade do crime. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2004.

vivia-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfanade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade”.⁴²

Além disso, soa quase ingênuo acusar os guerrilheiros de terem ensinado suas técnicas e crimes aos presos comuns: se estes já eram assaltantes, seqüestradores, o que teriam para lhes ensinar? Seriam os ‘conselhos’ ouvidos? E mais: se a própria imprensa dava todos os detalhes de cada operação organizada pelos guerrilheiros, seriam necessários tais ensinamentos?

Manoel Henrique afirma que entre os presos políticos e os comuns “não tinha convívio, tinha conversas”. Se algo foi ensinado ao longo desse período, não foram táticas ou ações, mas sim formas de se organizar e cobrar o respeito por seus direitos. Para Edmundo Campos Coelho

“A convivência com os presos políticos, nem sempre fácil para ambos os lados, foi importante para que os assaltantes de banco comuns absorvessem (...) uma consciência de interesse coletivo inédita no sistema penitenciário. Um exemplo disso foi a instituição da ‘caixinha’ (...) as contribuições variavam com as possibilidades de cada um (...) Com esses recursos os ‘Leis de Segurança’, como passaram a ser conhecidos os antigos integrantes do ‘Coletivo’, não apenas atendiam às inúmeras necessidades não satisfeitas pela administração como também preparavam as fugas. Ao mesmo tempo, enfrentavam a Administração com greves coletivas de fome, cartas de denúncia de maus tratos, e uma permanente exigência de respeito aos direitos do preso”⁴³

⁴² LIMA, William da Silva. Op. Cit.

⁴³ COELHO, Edmundo Campos. Op.Cit.

A partir deste texto podemos concluir que a organização dos ‘Leis de Segurança’ foi o primeiro passo para que houvesse respeito ao regimento penitenciário e também para que a sociedade soubesse e pudesse discutir o tratamento dado aos encarcerados. Para Rubem César Fernandes essa organização “representou sobretudo uma mudança de atitude e de comportamento. Deixar de ser barata tonta e afirmar-se como sujeito, senhor de direitos e poderes”.⁴⁴

⁴⁴ FERNANDES, Rubem César, no prefácio de “Quatrocentos contra um”.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria H. T. *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: História da Vida Privada no Brasil, vol.4, org: SCHWARCZ, Lilia M. São Paulo. Cia. Das Letras. 1998.

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1993.

_____. *CV e PCC: A Irmandade do crime*. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2004.

COELHO, Edmundo Campos. *A Oficina do Diabo*. Rio de Janeiro. Ed. Espaço & Tempo e IUPERJ, 1987.

_____. “*Da Falange Vermelha à Escadinha: o poder nas prisões*”. In: Presença- revista de Política e Cultura. N° 11. Ed. Centro de Pesquisa e Difusão Cultural. Rio de Janeiro. 1988.

DUBY, Georges. *Ano 1000 a ano 2000: uma pista dos nossos medos*.

ELIAS, Norbert. *Processo civilizador, O*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar Editor. 1990.

FERREIRA, Marieta M., AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1996.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2004

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Ed. Graal. 16ª edição. 2004.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 2ª edição, 6ª reimpressão. São Paulo. Cia das Letras. 2003.

GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*, A. São Paulo. Cia. das Letras. 2002.

_____ *Ditadura escancarada*, A. São Paulo. Cia das Letras. 2002.

HOBSBAWM, Eric & T. Ranger (eds.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press. 1983.

LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Petrópolis. Ed. Vozes e ISER. 1991.

MACHADO, Cátia da Conceição Faria. *Luta Armada e Crime Organizado: a construção de um mito*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 2001.

NORA, Pierre. *Retorno do fato, O*. In: *História: Novos Problemas*. 2ª edição. Rio de Janeiro.

PEREIRA, Inair de Souza. *Jupirão: História da Penitenciária Cândido Mendes*. Rio de Janeiro. 1994.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. José Olympio Editora 1954..

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 8ª Edição. São Paulo. Ed. Global. 1983.

THOMPSON, Paul. *Voz do passado*, A. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992.

TORRES, André. *Esmaguem meu coração*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____ *Exílio na Ilha Grande*. . RJ: Círculo do Livro, 1979.

VEIGA, Paulo E. *Brasil: Nunca mais*. 26^a edição. Petrópolis. Ed. Vozes, 1995.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 1988.

ZALUAR, Alba. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol.4, org: SCHWARCZ, Lilia M. São Paulo. Cia. Das Letras. 1998.